

MAURER JR., Theodoro Henrique — **O Problema do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1962, 200 pp.

O problema do latim vulgar, pedra de toque da Filologia Românica, tem sido debatido pelas mais variadas correntes de romanistas, dividindo-se as opiniões não só quanto à conceituação do latim vulgar, senão também quanto aos seus métodos de estudo, datação e estabelecimento das fontes para a sua reconstituição.

Assim, há os que supõem ser o latim vulgar a língua falada das classes médias romanas, latim polido, **sermo urbanus** (1). Para outros, contudo, e entre êstes alinham-se Stolz-Leumann, Hoffman e Niedermann, além do nosso Autor, o latim vulgar é a língua falada pelas classes mais baixas da população, e se havia constituído numa espécie de koinê da massa popular. Elementos romanos primitivos constituem sua estrutura, ao que vieram somar-se a linguagem das populações rurais e a dos imigrantes que assimilavam o idioma de Roma, deixando-lhe as marcas daquela assimilação. Ao lado dessa língua da plebe (**sermo plebeius**) está o **sermo urbanus** ou **quotidianus**, praticado pela aristocracia romana, e que constitui o latim clássico quando em sua forma escrita. Com a queda do Império Romano o latim literário se torna menos

(1) — Partilham desta opinião E. Bourciez nos seus *Elements de Linguistique Romane*, 4ème. éd. Paris, Librairie C. Klincksieck, 1956, §§ 41 e 42; C. H. Grandgent na *Introducción al latin vulgar*, 2a. ed. Madrid, Publicaciones de la Revista de Filología Española, 1952, pp. 20-21.

E' bom notar, contudo, que êste último confundia freqüentemente latim vulgar com latim medieval; é o que se deduz de sua afirmação pela qual o particípio presente é forma vulgar, dado que documenta com autores tardios (cf. § 107 da obra citada). Sobre a posição de Grandgent face aos estudos de latim vulgar, consultar Serafim da Silva Neto — *História do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957, p. 12; Theodoro Henrique Maurer Jr. — *Unidade da Românica Ocidental*. São Paulo, 1951, p. 6; finalmente, do mesmo Autor, na obra que estamos resenhando, p. 30.

polido, sobrevivendo embora até a Idade Média, como língua da administração e dos escritores (2).

No tocante ao método para a reconstituição do latim vulgar, querem alguns que se baseie nos escassos textos de que temos conhecimento. Poderá parecer paradoxal que, em se tratando de língua falada, sejam os textos as fontes para seu estudo. E na verdade não há textos exclusivamente em latim vulgar, senão retalhos da fala popular romana recolhidos por autores como Plauto, Etéria, Petrônio e outros poucos mais (3). A crítica mais ponderável que se tem levantado contra tal método é a de que o latim assim reconstituído é bastante artificial para supô-lo o meio vivaz de comunicação da arraia-miúda romana.

Daqui a volta ao velho método histórico-comparativo, que consiste, no nosso caso, em se compararem as línguas românicas para apreender o substrato comum a tôdas elas, e que é o próprio latim vulgar.

Havia a considerar, não obstante, uma série de inovações cultas supervenientes ao longo das Renascenças (a carolíngia e a quinhentista) e devidas ao prestígio cultural do francês. Para afastar a possibilidade de se atribuírem elementos cultos ao latim vulgar foi que se imaginou confrontar tôdas as inferências resultantes da comparação entre as línguas românicas com o romeno, língua que, como se sabe, isolou-se das mais em sua fase de formação, furtando-se àquelas influências cultas.

Este método de trabalho, com certeza o mais seguro, tem contra si o não trazer o sabor da novidade, tão grato a certos

(2) — Cf. pp. 54-55; Serafim da Silva Neto, o. c., pp. 27-36; Angelo Monteverdi — *Manuale di avviamento agli studi Romanzi. Le lingue romanze*. Milano, Casa Editrice Dottor Vallardi, (1952), pp. 22-23. Para um debate mais amplo da questão, consultar: Meyer-Lübke, Wilhelm — *Introdução ao estudo da glotologia românica*, redação portuguesa de A. G. Júdice. Lisboa, Livraria Clássica Editôra, 1916, p. 156; Tovar, Antônio — “Latim vulgar, latim de Hispânia”, in *Jornal de Filologia*, III, 2, 81-86; Battisti, Carlo — *Avviamento allo studio del latino volgare*. Bari, Leonardo da Vinci, 1949, pp. 23-60; Tagliavini, Carlo — *Le origine delle lingue neolatine*, 3a. ed. Bologna, Casa Editrice Prof. Ricardo Patron, (1959), pp. 163-166.

(3) — Cf. Serafim da Silva Neto, o. c., pp. 43-44 e 54-55.

paladares. Que não é, felizmente, o do Prof. Maurer, o qual, convencido de que as teses novas não são melhores que as outras pelo simples fato da novidade, provou-nos, ao longo de uma série de trabalhos de alto interêsse lingüístico, que a senda aberta pelo método histórico-comparativo não foi ainda totalmente percorrida por quantos desejem conhecer o latim vulgar (4). Entre êsses trabalhos destacamos **A Unidade da România Ocidental** (São Paulo, 1951), onde se mostram os resultados da influência culta na formação das línguas românicas ocidentais, influência culta essa devida ao latim medieval e ao prestígio cultural da França. Na **Gramática do Latim Vulgar** (Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1959) o Autor analisa a estrutura do latim vulgar, talvez da maneira mais completa, até esta data, pois que lhe percorre a fonética, a morfologia, a sintaxe e o léxico.

O Problema do Latim Vulgar é, assim, a enumeração e justificação dos critérios seguidos pelo Prof. Maurer em seus estudos neste campo, e constituia, juntamente com a Gramática, a tese de concurso com a qual o Autor concorreu vitoriosamente à Cadeira de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

*

* *

Além da introdução, o livro compreende seis capítulos assim intitulados: As fontes do latim vulgar (exame crítico);

(4) — “Como fica dito, visamos a uma reconstrução do latim vulgar pelo método comparativo. Sabemos que êle não está muito em voga no momento. Como observa Robert Hall, em artigo a que nos referimos mais adiante, os romancistas modernos, com algumas exceções, abandonaram mesmo a tentativa de reconstruir o proto-romance. Há certa desconfiança do método comparativo para a reconstrução de uma fase lingüística antiga. Mas — procuramos demonstrá-lo no desenvolvimento dos capítulos subseqüentes — quando usado com critério, sem que se exija dêle mais do que pode fornecer, o método comparativo é ainda de valor inestimável, por que nos revela um estado lingüístico inteiramente inacessível por outros meios” (p. 10). Não se infira, daqui, que o Autor passe em branco as deficiências do método histórico-comparativo, incapaz, por exemplo, de “nos dar uma imagem pormenorizada do latim vulgar”. Há, porém, uma grande utilidade em tal método, “é que só êle nos proporciona o conhecimento dos característicos gerais do latim vulgar” (p. 11).

Latim clássico e latim vulgar (noções gerais); A antigüidade do latim vulgar; O latim vulgar é popular; O latim clássico e o latim falado da aristocracia romana; Homogeneidade e variabilidade do latim vulgar. Uma bibliografia seletiva cerra o volume.

No primeiro capítulo procede-se à enumeração e análise crítica das fontes para o estudo do latim vulgar. Principiando pelas “fontes usuais para o estudo do latim vulgar”, refere-se aos gramáticos, lexicógrafos e mestres de retórica romanos, aponta as “obras latinas compostas por autores de limitada cultura literária ou que têm por fim artístico ou utilitário descrever a vida, o ambiente ou as atividades de Roma” (5), além das inscrições, dos termos latinos encontrados nas línguas dos povos que mantiveram comércio com os romanos e, finalmente, as línguas românicas. Segue-se a esta enumeração uma crítica das fontes, ficando patente sua insuficiência para o conhecimento do latim vulgar quando tomadas sem um necessário cotejo com as línguas românicas. Mostra, por exemplo, que “quanto aos documentos literários e epigráficos, esquece-se às vêzes que nenhum dêles está escrito em latim vulgar”, por mais que fervilhem os plebeísmos (p. 23); acentua o “quão pouco se pode considerar o latim da Vulgata simples latim vulgar” (p. 29) e prova a contraditoriedade das inscrições (p. 32).

Daqui a importância das línguas românicas como fonte do latim vulgar; o valor do romeno, verdadeiro ponto de referência para o estabelecimento dos vulgarismos, enfim, o valor e as limitações do método histórico-comparativo para a reconstrução do latim vulgar (6).

(5) — São aqui referidos, entre outros, o arquiteto Vitrúvio, as versões bíblicas, o *Satiricon* de Petrónio e a *Peregrinatio ad loca sancta* atribuído à monja Etéria. Sobre isto, leia-se Ennio Fonda — “O problema histórico da *Peregrinatio Aetheriae*”, in *Revista de Letras, Assis*, 1962, vol. III, 137-169.

(6) — “O ligeiro exame que acabamos de fazer das fontes escritas nos está mostrando quanto de bom senso e de espírito crítico é necessário no uso do material que nos proporcionam inscrições e textos literários menos corretos, quando se tenta a reconstrução do latim vulgar. Fique bem claro, porém, que não negamos a utilidade destas fontes para o conhecimento da quele. Apenas insistimos no seu caráter fragmentário e na imagem imperfeita, quando não falseada, que sugerem, enquanto tomadas isoladamen-

No cap. II o Autor estabelece as duas camadas do latim, que será o **sermo urbanus** quando falado pela aristocracia, e o **sermo plebeius** quando usado pela plebe romana. O latim vulgar ter-se-ia iniciado por volta do século III a. C. e desaparecido no século V, quando começa o proto-romance. Diversos fatores peculiarizaram o latim vulgar em relação ao latim clássico ou literário: a oposição social entre aristocracia e povo e seus reflexos na linguagem o conservadorismo tradicionalista do latim clássico em face da relativa instabilidade do latim vulgar, mais permeável às influências exóticas e, por fim, a heterogeneidade camada popular que determinou a formação de uma koinê simplificada e cheia de solecismos e barbarismos (p. 65).

No cap. III mostra-nos o Autor a configuração que o latim vulgar tomou a partir do século III a. C., o que lhe deu uma unidade apreciável antes mesmo da grande colonização romana; essa antigüidade do latim vulgar fica provada pelos seguintes fatos: a) “pela concordância das línguas românicas em um número muito grande de elementos importantes de sua fonética, de sua gramática e de seu vocabulário, em oposição ao latim escrito” (p. 74); b) “pela antigüidade de muitas destas inovações, atestada esporadicamente — mau grado o silêncio que em geral reina sobre elas — pelas inscrições, por certos textos literários menos corretos e por uma ou outra informação de críticos e gramáticos latinos desde a época clássica” (p. 76); c) pela abundância de construções e formas “romances” e pré-romances no latim de Plauto; d) pela sobrevivência de certo número de arcaísmos na língua vulgar, o que ocorre na fonética, morfologia e sintaxe. Conclui, após oferecer uma grande variedade de provas a tal respeito, que “o latim vulgar já existia em seus caracteres gerais na época clássica, constituindo, até certo ponto, uma variedade distinta

te” (p. 34). “Para estabelecer-se com razoável probabilidade a origem latina vulgar de uma forma comum ao Ocidente e à Dácia, é necessário que ela pertença aos dois grupos em sua fase mais antiga” (p. 38).

e independente do mesmo latim que gerou a língua literária de Roma” (p. 89).

O cap. IV prova a origem popular, plebéia do latim vulgar, ocorrência de grande importância para sua conceituação e para compreensão das línguas românicas, conforme vimos na introdução desta resenha. Fazendo das palavras de G. Bonfante (**Los elementos populares en la lengua de Horacio**, p. 129 e s.) epígrafe para êste cap., mostra-nos como se devem distinguir duas correntes vivas no latim falado: uma corrente aristocrática e outra popular, que é o latim vulgar, a despeito de algumas opiniões em contrário, pelas quais o termo “latim vulgar” é inconveniente e impróprio (p. 92). Insistindo na vulgaridade do latim de que se originaram as línguas românicas, e lembrando que nelas o que há de culto se deve à influência do latim medieval, relaciona o Prof. Maurer uma série de fatos em comprovação, dos quais daremos aqui um resumo:

1. Testemunho de escritores latinos sôbre a existência de um latim plebeu e rústico; passa em revista declarações de Quintiliano, Aulo Gêlio e Cícero.

2. A latinização das regiões conquistadas se fêz por meio de elementos da plebe romana: aponta os fatores da latinização rápida do Império (sistema de colonização, exército e escola, êste último um fator menos aceito — p. 103 —).

3. A antigüidade de grande número de peculiaridades do latim vulgar: muitas características românicas se encontram em autores como Plauto, por exemplo. O fato de não haverem elas ascendido ao latim literário, estilização da língua falada da aristocracia, prova sua filiação plebéia. Daqui o silêncio estranho e misterioso em tôrno de muitos elementos do latim vulgar que já deveriam circular em dada época: é que as altas classes, detentoras da comunicação literária, timbravam em ignorar os vulgarismos das classes inferiores (p. 105).

4. As raízes populares e bárbaras da vida social da România Moderna. O exame das instituições românicas modernas aponta sua tríplice origem: romana, bárbara e cristã. Pois

bem, o que há de romano na civilização românica evidencia o elemento plebeu “e não da sociedade refinada e culta do período imperial” (p. 108). Assim, a cultura intelectual, as cidades, os costumes e instituições peculiares à aristocracia romana, enfim, o patrimônio da alta sociedade romana, perdeu-se, contrastando com o que há de plebeu ou bárbaro conservado na România moderna.

5. O caráter essencialmente popular do romance primitivo. Após referências à fonética, morfologia e sintaxe do romance primitivo, demora-se o Autor na consideração de seu léxico, onde encontra sufixos vivazes da derivação vulgar (-ellus, -osus, -iare, etc.), peculiaridade da forma de muitos vocábulos (**coda** por **cauda**, **grassus** por **crassus**, talvez por influência de **grossus**, ***daxare** por **laxare**, **imbilicus** por **umbilicus**, etc.), o sentido peculiar de muitos termos (**afflare** = achar, em lugar de farejar; **laborare** = arar, por trabalhar; **perna** = **crus**, pois **perna** significa pernil, no latim literário. Assinale-se, aqui, o sentido concreto e restrito que as palavras tomavam na língua popular, contrapondo-se ao sentido geral que assumiam na camada culta) (7); finalmente, “a ausência de grande número de termos correntes no uso clássico e a presença de outros inteiramente desconhecidos aí”, como **basiare** por **osculari**, **caballus** por **equus**, **campus** por **ager**, **casa** por **domus**, etc. (p. 133).

6. A formação do latim literário sobre a língua falada pela sociedade elegante de Roma: “se o latim literário se baseia em uma língua viva, falada no tempo de Cícero — como veremos —, é claro que esta não podia ser o latim que chamamos vulgar e que deu origem às línguas românicas, e isto

(7) — Insiste-se no valor da semântica para a compreensão dos divergentes nas línguas românicas. Com efeito, o vocabulário romance bebeu em duas fontes: a língua popular e o latim medieval, servindo êste no momento em que as línguas românicas fixaram sua forma literária (p. 131). Daqui as diferenças de sentido que medeiam entre inteiro e íntegro, cadeira e cátedra. É um fato importante que Adolfo Coelho passa em branco, preocupado talvez com a explicação morfológica dos divergentes em seu conhecido estudo “Formes divergentes de mots portugais”, in *Romania*, vol. II, 1873, 281-294.

por uma razão muito simples: é que tudo quanto sabemos a respeito do estado em que se achava êsse latim no século I a. C., ou mesmo antes, revela que êle já apresentava um número tão grande de inovações de caráter românico, que nunca teria dado origem ao latim sintético, de flexão tão rica, dos grandes monumentos literários que Roma nos legou (pp. 137-138).

Em conclusão, o latim vulgar não pode ser apenas o latim falado em Roma, mas a língua falada pela plebe romana, instrumento de comunicação que se havia transformado na “koinê do vasto Império em todo o Ocidente, desde o Tejo até o Danúbio” (p. 138).

Para clarificar definitivamente a proporção latim vulgar: latim falado pela plebe:: latim literário: latim falada pela aristocracia, lemos no cap. V que o latim literário “a princípio não era nem artificial, nem imitação do grego, apenas um tanto conservador e, às vêzes, arcaizante, na sua estrutura gramatical, na sua fonética e no seu vocabulário” (p. 142).

Tal asserção prova-a o Autor pelas seguintes razões:

1. Testemunho dos autores clássicos latinos. Examinando textos de Cícero, Quintiliano, Varrão, Aulo Gélío, esclarece-se:

- “a) que a língua clássica se fixa de acôrdo com o uso dominante da época;
- b) que êsse uso é o da língua falada pela boa sociedade de Roma, isto é, do **sermo quotidianus** ou **urbanus**;
- c) que um meio seguro de aprender o latim correto é ser educado em uma casa onde se mantêm, naturalmente, os melhores hábitos de latinidade”. (p. 156).

E’ ainda a lição dos textos que evidencia que “falar bem latim não era imitar o grego” (ibid.), pois os helenismos chocavam o espírito latino. Eis aqui uma afirmação que provocará reação nos meios especializados, pois de há muito se insiste, com

algumas vozes discordantes, é certo, nas fortes doses de helenismo sôbre a língua e a literatura latinas, de um modo geral.

2. Evidencia interna da língua clássica a respeito de suas relações com o **sermo quotidianus**:

a) Relações pré-históricas da oposição ao grego. Retomando o assunto iniciado linhas atrás, ensina-nos o Autor neste passo que as classes cultas de Roma não helenizavam, mantendo-se antes dentro dum padrão rígido de purismo, conforme Meillet o demonstrara. A invasão dos grecismos, por outro lado, podia ser notada na língua vulgar, de seu natural mais aberta às influências exóticas. Aqui, portanto, mais um ponto em que se extrema a camada latina vulgar da aristocrática. Não se deve pensar, todavia, que é o grego que deve explicar as principais oposições entre essas camadas. É na tendência arcaizante do latim clássico que se localiza o porquê dessa diferenciação; arcaica é a fonética (conservação do acento musical, que não se deve à influência grega), a morfologia (ausência de artigo definido), a sintaxe (colocação da palavra na frase à moda itálica, como no hábito de encerrar-se a frase com o verbo — p. 166 —) e o vocabulário (preservação de formas antigas, ao passo que o latim vulgar emprega em larga escala os derivados expressivos; cf. lat. lit. **ovis**, lat. vulgar **ovícula**). “A diferença notável entre a língua clássica e a vulgar é, pois, devida, em boa parte, ao fato de que aquela conserva um número muito maior de formas antigas, enquanto esta vai substituindo, em larga escala, tais formas por outras mais novas, ora simplesmente derivadas daquelas, ora termos novos de origem diversa” (p. 169). Pois o latim vulgar, como já se assinalou, é rico em helenismos. Basta atentar para os vocábulos compostos correntes em Plauto, destinados a provocar comicidade.

b) A vitalidade do latim e as suas relações com o **sermo quotidianus** reveladas por sua mutabilidade. Desfaz-se aqui o velho tabu do artificialismo e da imutabilidade do latim literário, entendidos em seu sentido absoluto. Tratando-se de estilização do **sermo quotidianus**, é óbvio que o latim literário apre-

sentasse certa evolução, o que permite a fixação de fases diversas em sua história, “desde os autores arcaicos até o fim do Império” (p. 172).

No cap. VI fixam-se alguns aspectos importantes para a compreensão do latim vulgar, a saber, sua homogeneidade e variabilidade (8), dados que coexistem nos dialetos, em maior ou menor grau. Crê o Autor que é do “período final da República e dos primeiros tempos do Império (e não do período final deste, como tantas vezes se pensa) que data a unidade fundamental do latim vulgar” (p. 180). A seguir, alinham-se as características gerais do latim vulgar: maior simplicidade, analiticismo acentuado, gosto pelas formas concretas e expressivas, permeabilidade maior aos elementos exóticos (pp. 180-186).

Concluindo o presente estudo, que acreditamos logo se transformará no manual de cabeceira de quantos se iniciam neste magno problema da Filologia Românica, aponta-nos o Prof. Maurer o caráter evolutivo do latim vulgar e sua dialeção durante o Império, provocada pelos mais diversos fatores (9).

Eis aqui, em resumo, uma obra de leitura necessária, prefácio que é da **Gramática do Latim Vulgar** que tantos serviços vem prestando ao ensino da Filologia Românica entre nós.

ATALIBA T. DE CASTILHO

*

* *

NÓBREGA, Vandick Londres da — **Metodologia do Latim. Vida cotidiana e Instituições**. 2a. edição, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1962, 405 pp.

Com satisfação nossa e de todos os humanistas brasileiros — em reduzido número, infelizmente —, veio a ser pu-

(8) — “A sua homogeneidade nos permite falar de uma língua ou de um dialeto, enquanto a variedade nos fornece os elementos dialetais existentes ao lado da unidade fundamental” (p. 178).

(9) — “No estudo do latim vulgar é preciso distinguir um período de relativa homogeneidade, em que ele se cinge a uma pequena região da Itália, com o seu centro em Roma, e o período de dialeção mais abundante, que coincide com a época imperial” (p. 189).

blicada em segunda edição a interessante obra do conhecido Professor Vandick Londres da Nóbrega, com o nôvo título de **Metodologia do Latim**.

“Nesta hora de sombrias perspectivas para os estudos clássicos no Brasil, o aparecimento da segunda edição dêste livro é um brado de alerta contra os dilapidadores de nossa cultura e uma inequívoca manifestação de confiança na presença do Latim” (p. 13). São estas as palavras que o Autor coloca à guisa de introdução a seu trabalho, e que servirão para caracterizar-lhe a linha de ação, da primeira à última página. Com efeito, o livro em epígrafe visa, a meu ver, a dois objetivos principais, que correspondem, em linhas gerais, às duas grandes partes em que está dividido: visa, em primeiro lugar, a fornecer aos professôres de latim do Brasil um farto material de informação acêrca dos problemas que afligem a cultura clássica no mundo e, ao mesmo tempo, abundantes recursos metodológicos para a aplicação prática das mais modernas técnicas de ensino; é, se assim podemos dizer, o objetivo pròpriamente didático da obra. Visa, em segundo lugar, a apresentar uma síntese das várias instituições, privadas e públicas, dos romanos, cujo conhecimento é indispensável a quem queira ali buscar as fontes de instituições congêneres do mundo Ocidental, e ampliar seus horizontes com a profunda e perfeita compreensão de um passado histórico tão glorioso e tão intimamente ligado a nós; é êste o objetivo que poderei chamar cultural da obra.

E aqui têm os leitores, em rápidas linhas, aquilo que irão encontrar em **Metodologia do Latim**, cujo valor e mérito é escusado encarecer; e hão de lembrar-se, como eu me lembrei, de cutro incansável, esplêndido batalhador em favor dos estudos clássicos, cuja árdua luta foi cortada por morte prematura quero referir-me a Ernesto Faria, de quem o pensamento e a obra, assim como no caso de nosso Autor, voltaram-se inteiramente para a defesa das nossas mais legítimas tradições culturais, para a defesa dos estudos clássicos no Brasil, do Latim em particular. Quisera que a semente lançada por homens

de tamanho valor desse seus benéficos frutos, para não ver ulteriormente ameaçada e empobrecida a cultura já tão de pauperada, em seus estudos humanísticos, do Brasil.

Entrando na análise da obra, observa-se desde logo a preocupação do Autor em assinalar aí os vários aspectos da problemática do ensino do latim, fazendo preceder a parte propriamente metodológica de outra, em que registra importantíssimos testemunhos de eminentes personalidades, visando a demonstrar a utilidade do ensino do latim para os vários setores da atividade humana.

Com relação aos objetivos do ensino do latim, depois de apresentar os resultados obtidos através da célebre **Classical Investigation** e de um inquérito realizado por êle no Colégio Pedro II, documentado com numerosos quadros que bem revelam a seriedade e o valor do empreendimento, o Autor os resume em cinco grupos — objetivos humanísticos, de aplicação, de formação literária, de caráter disciplinar e de caráter histórico-social — que, na sua diversificação, apontam os principais objetivos cuja consecução o conhecimento do latim proporciona ou facilita.

Êstes primeiros capítulos, além de mostrar o valor do trabalho realizado pelo Autor, põem os leitores a par do estado atual da questão acêrca do ensino do latim; uma boa bibliografia e um sumário vêm apresentados no final de cada capítulo.

Examinadas as vantagens do ensino do latim, surge a pergunta: “Como ensiná-lo?”. Os capítulos seguintes darão aos professôres desta disciplina as normas que o Autor acha ideais, surgidas do cotêjo entre os métodos sugeridos por renomados mestres de vários países, e de sua própria experiênciã no magistério secundário. Não é necessário encarecer a importância do método a ser utilizado no ensino do latim, porque é exatamente aqui que reside o problema fundamental, básico, da sobrevivência ou não desta disciplina nas escolas. “Não basta que o latim figure no currículo, mas que seja eficiente e racionalmente ensinado” (p. 47); tivessem tido todos os professôres de latim de nossas escolas a consciênciã exata da impor-

tância desta afirmação, e tenho a certeza de que não assistiríamos hoje à injusta e calamitosa “campanha” verificada contra o ensino do latim em nosso país.

A seguir, o Autor apresenta uma ligeira síntese histórica da lingüística, de Bopp aos nossos dias, passando através das várias fases de seu desenvolvimento; no final do capítulo procura mostrar como é possível aplicar fatos lingüísticos ao ensino do latim. Esta última parte, que julgo importantíssima, poderia ter sido tratada mais amplamente, com maior insistência, exatamente porque tem sido a parte mais descuidada e mais inexplorada pelos professôres de latim, muitos dos quais a vêm ignorando sistematicamente ao ministrarem suas aulas.

De grande utilidade para os professôres serão as excelentes sugestões fornecidas para a prática da leitura, da tradução e da versão. Quanto a esta última, muitos mestres discordam e discutem o valor de sua aplicação; de minha parte, prefiro concordar com o Autor, considerando também de grande eficácia e excelente método de verificação dos conhecimentos adquiridos a prática sistemática da versão no curso secundário.

Depois de passar em revista o domínio lingüístico do indo-europeu, salientando nêle a posição do latim, e depois de examinar pormenorizadamente o alfabeto latino, proporcionando ao leitor úteis noções de epigrafia, o Autor passa a tratar do problema da pronúncia do latim. Neste ponto, discordo do Autor, que é partidário do ensino da pronúncia chamada tradicional do latim; e isto não somente porque a chamada pronúncia restaurada é a que mais se aproxima da pronúncia clássica, como também porque os esforços que vêm sendo envidados pelos lingüistas de todo o mundo no sentido de uniformizar a pronúncia do latim não podem e não devem ser desconhecidos pelos brasileiros. Além disso, não me parece verdade que a pronúncia tradicional seja mais fácil de ser aprendida pelos alunos, pois se êles estiverem habituados, desde o começo, a pronunciar de uma determinada forma, a pronúncia assim aprendida tornar-se-á tão mecânica como qualquer ou-

tra; assim, por exemplo, ao ensinarmos que o **c** é pronunciado **sempre k**, ou que o grupo **ti** é pronunciado **sempre ti**, ou que um ditongo é **sempre** pronunciado exatamente como se escreve, não creio que isto viria dificultar em nada o ensino do latim; pelo contrário.

Na segunda parte da obra, o Autor nos fornece algumas noções sôbre a vida privada dos romanos — educação, casa, vida cotidiana, organização militar, jogos, religião, etc. — ; trata-se de uma vista geral, rápida, sôbre aquêles assuntos e, por isso mesmo, nem sempre completa. Assim, por exemplo, quando se tratou da casa romana, gostaria de ter visto mencionadas as **insulae**, um tipo curioso e característico de habitação coletiva, típica dos romanos. A esta parte e à seguinte, e apenas a título de sugestão, o Autor poderia ter colocado a bibliografia relativa a cada assunto no final dos respectivos capítulos; serviria para completar a orientação dos interessados, possibilitando ulteriores pesquisas.

Na terceira parte o Autor, inteiramente à vontade dentro de seu próprio campo de atividades — o Direito Romano —, dá-nos uma excelente síntese das principais instituições públicas de Roma, terminando com uma seleção de leis e de senatos-consultos, com um útil índice remissivo.

Ótimos os capítulos sôbre a escravidão e o casamento.

Na síntese histórica das instituições do povo romano, encontrei uma afirmação que me pareceu pelo menos discutível: “E’ muito pouco provável que tenha havido um poderio etrusco em Roma na época dos Tarquínios, porque, se tal coisa tivesse acontecido, encontraríamos traços dêsse poderio através de monumentos, como podemos observar na Etrúria” (p. 315). Ora, admirável seria se encontrássemos tais monumentos pelo menos em Roma, cidade que, desde o período republicano, sem falar no imperial, estêve sempre sujeita a constantes e profundas alterações que lhe transformaram o aspecto, fazendo desaparecer antigos monumentos e edificando outros em seu lugar. De qualquer maneira, poucos são os elementos de que dispomos para afirmações seguras, e formular hipóteses seria ul-

trapassar “as fronteiras onde termina o saber e começa a imaginação” (pp. 315-316).

Pouco mais teríamos a dizer acêrca desta ótima e necessária obra; apenas lamento o grande número de erros tipográficos, que estão a exigir a redação de uma **Errata**; os têrmos gregos especialmente e os latinos são os mais atingidos, mas uma data chamou-me a atenção: “Os dois imperadores (Diocleciano e Maximiano) abdicaram no ano 505” (p. 358), quando, evidentemente, tal fato se deu no ano 305.

Mas êstes pequenos senões em nada diminuem o brilho dêste trabalho de profunda e ampla erudição, e cuja leitura se recomenda a todos os professôres de latim, a estudantes de Direito e aos romanistas em geral.

ENZO DEL CARRATORE

*

* *

CARVALHO, Laerte Souza — **E... a estátua sorriu**. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1962, 244 pp.

Com romance em que se mesclam aventuras amorosas e policiais, além de cenas da última guerra, apresenta-se Laerte Souza Carvalho ao público leitor pela primeira vez. **E... A Estátua Sorriu** é uma obra formada de duas linhas de ação, perfeitamente definidas: a linha interior, intimista, psicológica, ao trazer o drama de Ricardo Assunção, frente a uma série de problemas humanos: o amor, a guerra, a miséria moral e física, e a linha exterior, com uma aventura tipo policial, marcada de incidentes, lembrando de longe as histórias da Mil e Uma Noites. Interessa mais como elemento de ficção o drama moral e amoroso do protagonista, trazido através de duas figuras femininas de marcada importância, Paula e Isabela e também pelos acontecimentos ocorridos durante as contingências da guerra. Neste processo o autor nos traz particularmente, a análise interior de Ricardo, moço de família abastada, transformado num farrapo humano pela guerra. Quanto às figuras femi-

ninas, importam apenas na medida em que permitem uma caracterização mais completa da personagem masculina, embora haja uma tentativa de interpretação psicológica de Paula, através dos diálogos, ainda assim, de maneira vaga e bastante superficial.

Aliás, a superficialidade do romance, na análise, a fragilidade do elemento dramático constituem aspecto comprometedor desta obra. Pode-se dizer que o romancista possui boa técnica na construção das ações, faltando-lhe, no entretanto, conteúdo dramático, intensidade, poder de transfiguração do real, sentido artístico enfim.

Basta que se observem, por exemplo, os monólogos de Ricardo ou ainda os diálogos dêste com Paula, para se confirmar aquilo que afirmamos.

“...guerra, instrumento da vida, para demonstração de força, resistência e capacidade. Guerra... instrumento do destino para demonstrar sua crueldade, perversidade e desumanidade. Guerra... que proporciona louros e lágrimas, vitórias e derrotas, sonhos e desilusões.” (p. 99). Tiradas destas, vazias, de qualquer sentido dramático são encontradas a todo momento no romance.

Dois planos mostram-se, desde o início da obra: o plano da lembrança, mais corretamente, onde predominam os elementos psicológicos de maior importância, narrados em primeira pessoa, daí um certo ar confessional, e o plano da atualidade, mais novelesco, menos irreal, como aventura policial, mas paradoxalmente no romance, onde residem os elementos mais despertadores da atenção, já que a análise psicológica, como dissemos, tem muito de exterior, de auto-suficiente, tal a pouca força das caracterizações.

Neste plano da atualidade claro está que a análise interior cede lugar ao desenvolvimento das ações em que se envolve Ricardo Assunção para tentar a chegar a uma conclusão acêrca dos estranhos acontecimentos que o conduzem, ao ser convidado a mudar de vida, deserdado da guerra que era e descrente em que se transformou. Aqui se inicia o mistério

maior para o nosso herói, já que o desaparecimento de Paula, tinha constituído também algo de inesperado e estranho.

Ricardo passa a viver uma vida regalada, fácil, tudo isto oferecido por um estranho. Ao final descobrem no fundo uma intenção de acabarem com sua vida. Consegue, contudo, livrar-se da morte e ver realizado seu sonho de amor.

Elemento importante ainda constituem as aventuras do nosso herói na guerra, onde vemos surgir personagens bem tomados psicologicamente:

“O sargento Rubens, quando tinha oportunidade de fazer prisioneiros, punha-os em linha com energia e severidade, mas não permitia que fôsem maltratados. Cuidava de um ferido, fôsse inimigo ou não, com o mesmo desvêlo e solidicidade. Era um herói, um autêntico herói.” (p. 93).

Em tudo isso, observa-se em E, . . . **A Estátua Sorriu** o predomínio de uma atitude romântica perante a vida, que não mais se justifica e que já de longe está superada. Daí um ar de antiquado, no sentido de captação do drama, que notamos nesta obra.

Acrescente-se ainda a presença de lugares comuns na linguagem do autor, dando uma sensaboria evidente ao romance:

— “Obrigado. E a senhorita é a môça mais linda e delicada de tôdas as que se acham presentes nesta festa.

— Lisonjeador, aliás, como todos os homens. Assim mesmo, agradecida.

— Não, senhorita, não é, absolutamente, lisonja. E’ a mais pura das verdades.” (p. 17).

E nesse tom continua a insipidez do diálogo.

Onde, afinal, o romancista poderia ter conseguido alguma nota mais dramática seria na paisagem da guerra e nota-se mesmo um esforço para atingir êsse desejo, mas é vã a tentativa. Ainda que numa ambientação mais favorável para estabelecer o drama, na análise da psicologia de Ricardo perante a guerra, o romancista não consegue ir além de um discursivismo de pouco ou nenhum efeito.

Concluindo, estamos diante de um romance de boa técnica, estrutura, mas de pouca intensidade dramática. Ricardo encontra sua estátua e seu amor, vindo a ser feliz. O mesmo não se pode dizer de Laerte Souza Carvalho, que não foi nada feliz nesta sua primeira incursão no mundo do romance.

JOÃO DÉCIO

*

* *

GOMES, Dias — **A Invasão e A Revolução dos Beatos**. Rio de Janeiro, Editôra Civilização Brasileira S. A., 1962, 255 pp.

Dias Gomes volta ao público leitor, desta vez trazendo duas peças que mantêm entre si muitos elementos de contacto e que de certa maneira estabelecem uma continuidade em relação a **O Pagador de Promessas**, formando mesmo uma espécie de trilogia, como muito bem observa Flávio Rangel no prefácio do livro. Temos agora **A Invasão e A Revolução dos Beatos**.

Em primeiro lugar o aspecto social avulta nas duas peças, num sentido de destacar alguns temas comuns à atmosfera teatral de Dias Gomes, como por exemplo, a beatice religiosa, em **A Invasão**, caracterizada pela figura do Profeta, misto de religioso e paranóico, alheio a todos os problemas reais das personagens, pois vive a pregar religião àqueles que não possuem o mínimo material para subsistência. Em **A Revolução dos Beatos** duas figuras pelo menos caracterizam este fanatismo religioso: O Beato e a Mocinha, sobrinha do Padre Cícero e ainda Bastião.

Quanto ao padre Cícero, já adquire uma personalidade diferente da do padre Olavo de **O Pagador de Promessas**, pois é caracterizado como um indivíduo vaidoso de sua fama, vaidade essa despertada especialmente pela figura de Floro Bartolomeu, exemplar vivo de certos políticos interesseiros, demagogos, a aproveitar-se do prestígio do padre Cícero e da ignorância dos eleitores, problema ainda muito vivo em certas re-

giões atrasadas do Brasil. Os humildes, os sem instrução servem de instrumento para a projeção desses tipos iguais a Floro Bartolomeu e mesmo iguais a Deodato Peralva de **A Invasão**.

Esses indivíduos funcionam como verdadeiros símbolos da atual situação brasileira, desarvorada e sem direção, causando pela falta de instrução pública a existência de ignorantes, iletrados que elegem certos políticos. Estes por sua vez se interessam na manutenção do atraso da maioria do povo, num verdadeiro ciclo vicioso, incontestável na atual realidade brasileira.

Ainda outros símbolos aparecem, como por exemplo, Lula em **A Invasão**, a simbolizar a existência do mito do futebol no Brasil, só que ele não consegue realizar-se nessa profissão e prefere continuar na sua vida feliz de operário. Significa Lula a imensa massa de jogadores que nunca conseguem ter um lugar ao sol.

Como vemos, o teatro de Dias Gomes é bastante atual e penetrante. A atualidade está no tema e a penetração no símbolo que dá vida a esse tema.

Procura o teatrólogo aqui certas constantes para explicar a existência de uma série de coisas erradas no país.

Então, fundamentalmente três elementos interessam na crítica que faz Dias Gomes; a beatice religiosa, ainda vigorante no Brasil, o mito do futebol e o carreirismo político a todo custo.

Neste sentido estas duas peças adquirem um tom de reivindicação, embora não apontem soluções. O autor chama a atenção para certas realidades que não estão sendo observadas e que merecem estudo.

Ademais, a maioria das personagens criadas pelo autor estão a confirmar esta atitude do social-reivindicatório, da busca de certos elementos permanentes: o desarvoramento da família, por não ter possibilidade de se colocar no concêrto social: prova disso é a queda de Malu frente a certos problemas de subsistência: ela cai porque precisa comer. E cai

através daquele político imoral que é Deodato Peralva e acaba gostando da nova vida, pois seu problema primacial estava resolvido, que era comer, embora moralmente ela tivesse desmoronado. Êste desmoronamento percebe-se nas reações de Lula, que amava verdadeiramente Malu, mas a vida impediu-os de se unirem; eis que o seu casamento seria a simples soma de misérias. Como vemos Dias Gomes vai fundo no problema social em tôdas suas implicações.

Como análise do problema de miséria e em certos casos morte conseqüente, veja-se a morte da pobre criança em cena de profunda dramaticidade de **A Invasão**:

Santa

(Compreende o sentido das palavras de Malu, procura em seu rosto uma confirmação e a encontra. Corre no caixote e vê que o filho está morto. Toma-o nos braços, silenciosamente, leva-o até Justino).

Veja. Tá morto

Justino

Morreu agora?

Santa

Inda tá quente

Justino

Eu sabia. Sabia que êle não ia aturar.

Rita

(Impressionada) Êle tá morto mesmo, mãe?

Malu

Êle já vinha morrendo, há muitos dias.

(Isabel ouviu a conversa, aproxima-se)

Isabel

Que foi que houve com o garôto?

Santa

Morreu

Isabel

(Aparenta maior emoção que Santa) Coitadinho. De quê?

Santa
(Com simplicidade) Fome.

(pp. 33-34)

Na secura dos diálogos há com que uma contensão dramática a justificar na tristeza do quadro e a simplicidade com que se expressa Santa dá o tom do natural que é uma criança morrer de fome, na classe dos humildes, preferida por Dias Gomes.

Essa classe de humildes ignorantes justifica ou explica a existência de uma série de problemas: a beatice religiosa, só encontrável em quem não tem um mínimo de senso racional das coisas. Beatice religiosa que conduz à paranóia, patente em **A Invasão** e ao fanatismo inconcebível de **A Revolução dos Beatos**, quando transferem a autoria de milagres do Padre Cícero para o Boi, consequência da estreiteza de inteligência de Bastião e de todos que o seguem. Aliás, o animal irracional está também presente na figura do Zé do Burro em **O Pagador de Promessas**, mas, lá êle significa um animal de estimação que o homem quer salvar com uma promessa e aqui o Boi é considerado como o autor dos milagres, por não ter comido o capim roubado por Bastião. Veja-se até onde conduz o beatismo religioso, fruto de uma religiosidade mal dirigida, mal orientada.

E a passagem da adoração do padre para a adoração do boi acaba sendo uma coisa natural para todos, a não ser para Floro Bartolomeu que não admitia a coisa, também por parecer-lhe um perigo para a carreira política.

O que pasma, contudo, é que o próprio padre chega a participar dêste beatismo:

Floro

Só há um jeito agora. Matar o Boi.

Padre

(Espanta-se) Matar o Boi! Está falando sério?

Floro

Pôr que se espanta? Por acaso os bois não nasceram para isso mesmo, para serem sacrificados?

Padre

Mas êsse... não é um boi comum...

Floro

Não vejo diferença. E' ruminante, quadrúpede, irracional, como todos os outros.

Padre

O povo não pensa assim, o senhor viu!

(p. 207)

Assim continua o diálogo, procurando os dois solucionar o problema num sentido de não prejudicar o prestígio religioso de um e o eleitoral do outro.

Como vemos, Dias Gomes se volta para temas marcantes dentro da realidade de quarenta anos atrás (a ação se passa em Juazeiro no Ceará na época de 1920) e que ainda persiste em certos meios atrasados do Brasil, e para uma realidade atual em **A Invasão** quando situa o problema da falta de habitação para os menos favorecidos. Daí a necessidade de procurarem resolver de qualquer forma o problema, aqui invadindo os andares do “esqueleto” de um prédio de apartamentos.

A galeria de tipos criados por Dias Gomes é grande e rica de simbologia. Em **A Invasão** Bené é a encarnação perfeita do homem frustrado que vê no filho a continuação de seu passado de glória. Lula é êsse filho, um dos personagens bem traçados por Dias Gomes, sentindo a impossibilidade e a dificuldade de ganhar dinheiro fazendo futebol.

Malu é a expressão de mulher que não tendo confôrto em casa, lança-se ao desconhecido, vindo a se unir com o deputado imoral Deodato Peralva. Rita, irmã de Malu, seguirá o mesmo caminho. Bola Sete simboliza o sambista do morro que tem suas letras compradas pelos donos da música. Mané Gorila simboliza a tirania contra os habitantes do “esqueleto” afinal assassinado por Tonho simboliza o desabafo dos moradores do apartamento contra a opressão.

Assim, o autor cria todo um mundo simbólico em **A Invasão**, mundo simbólico e muito atual do Brasil.

Já em **A Revolução dos Beatos** o tema é a beatice religiosa, onde aparecem certos tipos comuns à obra de Dias Gomes. Como já observamos, o padre milagroso, os beatos, os penitentes, o vendedor de livros e coisas santas e também o deputado imoral, aproveitando do prestígio do padre Cícero.

Teatro de personagens simples, do povo é o que nos mostra Dias Gomes com êstes dois trabalhos. E' o próprio autor que afirma no prefácio de **A Revolta dos Beatos**:

“Esta é uma tentativa de Teatro Popular. Tentativa para encontrar uma forma brasileira para êsse tipo de teatro, no qual o Povo se sinta representado, pesquisado, discutido e exaltado, em forma e conteúdo. Parece-me desnecessário dizer que êsse Teatro, além de popular, é também político — não poderia deixar de sê-lo. Se escrevemos para o Povo, uma pergunta se impõe: a favor ou contra? Pois não é possível ficar neutro com relação a êle. Como Povo, entendemos massa oprimida. Se lhe apontamos caminhos para livrar-se da opressão, se o armamos contra o opressor, estamos a seu favor; se apenas o distraímos — e por consequência o distraímos da luta — estamos contra êle. Não há neutralidade possível”.

Concluindo, Dias Gomes com estas duas peças prossegue na sua carreira vitoriosa iniciada com **O Pagador de Promessas**, firmando-se cada vez mais na busca de criar um verdadeiro teatro que tenha por origem os problemas palpantes do povo e da terra.

Tudo isso faz de Dias Gomes um dos mais expressivos teatrólogos da atual geração.

JOÃO DÉCIO

*

* *

SANTOS, João Felício dos — **Ganga-Zumba**. Rio de Janeiro, Editôra Civilização Brasileira S. A., 1962, 217 pp.

Um romance de fundo histórico, eis o que nos apresenta João Felício dos Santos com **Ganga-Zumba**.

O cenário do romance se estabelece pela luta dos negros, na organização dos célebres quilombos, o triste episódio da história do Brasil e na transfiguração desse elemento histórico, num sentido artístico é que se conduz a obra. Destacam-se nela algumas figuras, Antão, Cipriana, Rita, Zacaria Passarinho e outros, especialmente o primeiro que nos interessa mais de perto, pois será o futuro Ganga-Zumba.

O romance caminha ao sabor do ritmo negro, dentro de uma atmosfera em que a beleza da cena, o lirismo supera a aspereza do drama, por vèzes pungente, da criatura humana, como é o caso de Rita, negra escrava, sujeita a uma série de torturas físicas e morais. Aqui sentimos que o romancista consegue superar o clima meramente histórico para alcançar um alto nível de configuração dramática, isto é, o autor trabalha o elemento não-artístico e o transforma, em artístico, em ficção portanto(aqui entra naturalmente o dom ficcionista) em obra de grande validade.

Ressalte-se ainda no romance que consegue êle manter uma atmosfera perfeitamente coerente com os dramas que nela se desenvolvem; ambos são igualmente intensos donde podemos inferir que o autor realiza uma obra de valor por ter sabido trabalhar o assunto histórico, artisticamente. Não raro, coroadando a narrativa sente-se presente o ritmo musical do negro, conseguindo-se assim uma grande dose de lirismo à obra.

“E’ que os negros sabiam que o banzo doía, doía nos dentes, cegava nos olhos, ardia na bôca... Os negros sabiam, sabiam que o banzo travava em angústias, feria as idéias, sangrava nos peitos, cortava os desejos, cheirava a veneno, matava os sentidos... matava o cativo... o negro morria... o negro cufava...! Cufava sofrendo pior que nos eitos, pior que no tronco... O banzo matava... O negro morria... Os negros sabiam... (p. 61).

A frase caminha ao som de tambor, de batuque, envolvendo-se o romance de uma atmosfera musical de acôrdo com a natureza mesma do negro, isto é, há então uma coerência en-

tre o fundo, o conteúdo com a forma em que a expressão é vazada.

E ainda a linguagem do romance constitui algo de positivo na caracterização de um ambiente próprio em que vivia o negro, quer dizer, êle se expressa naturalmente conforme seus costumes e suas usanças, suas tradições, daí o aspecto folclórico também válido, ora para firmar bem o caráter do negro, ora para expressar o ambiente social em que êste se enquadra.

O próprio aspecto folclórico portanto, torna-se algo imprescindível para a caracterização mais impressiva das personagens, que no final das contas, vivem num ambiente lírico, mais sentimental que propriamente dramático.

“Nas senzalas, cativo acordava na batida da meia-noite escutando fininho cicio de alma penada. Era mais do que certo que Ocu zanzava pela benfeitoria em sua carrêta, com sua goiva comprida, buscando sangue de branco para se lavar na lua grande, pra se esconder na cova da capela, pra comer seu omalá de carne branca... Cativo escutava tremendo, tremendo, coruja talhando mortalha no céu; cativo escutava no branco dos olhos, fartura de risos, boquinha da noite, cantando pavores no denso arvoredo.” (p. 56).

Ainda aqui notamos o ritmo poético, musical, a oferecer uma atmosfera própria de misticismo, de fantástico, de irreal ao romance. Prosa e poesia aliadas à música conferem à obra um tom de leveza, de puro lirismo encontrado pelo autor nestas criaturas dos quilombos.

Outro elemento que põe em destaque o valor literário de **Ganga-Zumba** é a coerente colocação da problemática e a adequada caracterização dos tipos, que embora cercados de uma série de problemas, a dor, a revolta, o preconceito, vivem numa atmosfera lírica saudável. E' êste lirismo, a nosso ver, espontâneo, franco, fácil de João Felício dos Santos, um dos pontos altos do romance.

Acrescente-se a isto a perfeita coerência entre a forma em que nos é trazido o romance (a linguagem, os tipismos, as

personagens) em seu conteúdo, num adequado sentido folclórico e tem-se o romance.

Mesmo na análise psicológica, a impressividade se faz presente, especialmente na configuração de algumas criaturas negras. É muito expressivo, neste particular, o monólogo de Rita, aliás, monólogo de rara beleza:

“Tu vai nascê do abraço mais maió dêsse mundo! Dum abraço de um Dunga-Xará de vera! Nascê dum abraço sadio, brotado do suspiro das ondas do mar... (Vento comendo bonito na tábua dos peitos empinados.

Bata lavada drapeando nos brancos da lua. Pés passarinhando na areia limpinha...) Importa, fío, que tu tenha sido gerado de nós prêso de ferro. (p. 25).

E assim prossegue o monólogo, sofrido, lírico, realmente um dos bons momentos da obra.

Concluindo, **Ganga-zumba** de João Felício dos Santos, partindo de um dado histórico, consegue se realizar como ficção literária, tal a transfiguração artística lograda. Mais um tento lavrado pelo escritor que tem se realizado plenamente no romance de fundo histórico.

JOÃO DÉCIO

*

* *

ALMEIDA, Paulo Mendes de — **De Anita ao Museu**. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura 1961, 77 pp.

Incluído na “Coleção Ensaio” das publicações patrocinadas pelo Conselho Estadual de Literatura, êste volume de P. M. A. vem impedir que a marcha inexorável do tempo acabe por apagar as pegadas de certos passos que, consciente ou inconscientemente, resultaram na realidade que é hoje o Museu de Arte Moderna. Originária da reunião de artigos reproduzidos pela imprensa paulista, a presente publicação tem como valor fundamental o fato de expressar o depoimento de al-

guém que foi “senão participante, ao menos uma das testemunhas dos episódios rememorados.” (p. 3).

Num estilo coloquial de “conversa ao pé do fogo”, P. M. A., através de observações inteligentes e equilibradas, nos oferece um painel dos acontecimentos que se revelaram importantes no setor das artes plásticas, a fim de fixar as etapas da evolução artística em nosso meio, desde a exposição “insurrecional” de Anita Malfatti, em dezembro de 1917, até a fundação do Museu de Arte Moderna em São Paulo, em 1949, e a realização da 1a. Bienal, em 1951.

No 1.º capítulo, **De Anita ao Museu**, são registrados depoimentos de Mário de Andrade acêrca da “função pioneira exercida pela exposição de Anita Malfatti, em São Paulo”, bem como a fria acolhida que lhe dispensou a imprensa. Acolhida agravada logo depois por Monteiro Lobato que, mantendo “veleidades de pintor”, estourou “com uma tremenda catilinária, veiculada pela imprensa local, em cujas linhas lançava esta alternativa: ou se tratava de um caso de paranóia ou de simples mistificação.” (p. 6).

Assim, pela polêmica que suscitou, a exposição pioneira de Anita é apontada pelo Autor como o “fato histórico incontestado” que inaugurou, no Brasil, a disputa entre arte moderna e arte acadêmica; pois teve “o condão de suscitar o problema, agitar os meios artísticos e intelectuais, arregimentar adeptos e adversários, alcançando e apaixonando até mesmo a opinião pública, em geral, e sobretudo naquele tempo, distanciada de tais assuntos.” (p. 8). No mesmo capítulo é ainda registrada a exposição de Segall, em 1913; a qual, devido à sua antecedência cronológica já foi apontada como o verdadeiro marco inicial da evolução focalizada. Entretanto, salienta o Autor, “o certo é que a exposição de Segall, em 1913, não produziu aquêle impacto que as inovações subversivas soem provocar.” (p. 6). E conclui: “A influência de Segall iria se exercer mais tarde, quando (...) veio êle residir em São Paulo, pela sua poderosa ação de presença e militância no cenário das artes plásticas no Brasil.” (p. 8).

O segundo capítulo, **A Semana de Arte Moderna**, dá-nos uma minuciosa análise dos ingredientes que entraram na composição daquele “primeiro movimento coletivo no sentido da emancipação das artes e da inteligência brasileira.” (p. 10). A “função polarizadora” da exposição de Anita congrega os inovadores. Vitor Brecheret, Emiliano Di Cavalcanti já começavam a agir e juntamente com outros elementos “embalaram-se no movimento subversivo das normas estéticas vigentes.” (p. 10). Em meio “às agitações políticas que já turbavam o ambiente nacional, a conspiração lavrava francamente nos arraiais artísticos e intelectuais do País.” E tôda essa fermentação exterioriza-se finalmente na idéia da realização da “Semana da Arte Moderna”. Confirma P. M. A. que o autor dessa idéia ficou sempre ignorado... porém o “fator verdadeiro” que possibilitou a sua concretização, “além de audaciosa, dispendiosíssima”, é apontado como sendo, por um lado, Paulo Prado e, por outro, a aliança dos Andrades, Mário e Oswald, “dois tipos (...) diversificados de intelectual, (mas que) completaram-se admiravelmente.” (p. 11). Foram êles o “elemento de coesão de todo o grupo, ao qual transfundiam audácia, segurança e entusiasmo.” (p. 12). Examinando a heterogeneidade, as contradições, as incoerências a que não escapou a exposição de artes plásticas da “Semana de Arte Moderna”, o Autor termina por concluir que, “com tôdas suas falhas, ao tempo, aliás, perfeitamente explicáveis”, ela “constitui-se em evento da maior relevância.” (p. 13).

No capítulo **Depois da Semana**, P. M. A. condensa os fatos mais significativos que, entre 1922 e 1930, em meio a agitações políticas e movimentos militares, testemunham o evoluir da renovação artística pretendida. Assim são registrados: a abertura do “salon” modernista de Dona Olívia Guedes Penteadó; a radicação de Lasar Segall entre nós, em 1924; a passagem de Marinetti por São Paulo, em 1926; a 3a. exposição de Anita Malfatti; a exposição de artistas europeus trazida por Vicente do Rêgo Monteiro; a adesão de Tarsila do Amaral; a atividade pioneira do arquiteto Gregori Warchavchik e finalmente “a contribuição da revista semanal do Rio de Janeiro

ro, **Paratodos**, que, sob a direção de Alvaro Moreyra, foi a primeira a abrir suas páginas a ilustrações de artistas modernos.” (p. 17).

Prosseguindo no roteiro traçado, P. M. A. dá-nos nos dois capítulos seguintes o levantamento do que foi a SPAM, Sociedade Pró-Arte Moderna, e que significação teve ela na evolução das nossas artes plásticas. Criada em fins de 1932, em casa de Gregori Warchavchik, por elementos de grande destaque no setor artístico, a SPAM constitui “um movimento coletivo de certa envergadura, com orientação definida, e podemos dizer, sem incorrer em temerário exagêro, um teste de resultados positivos sôbre as possibilidades do ambiente artístico da cidade, sendo assim uma instituição precursora do Museu de Arte Moderna de São Paulo.” (p. 19). Desenvolvendo pitorescamente todos os percalços por que passou a SPAM, o Autor assinala o papel decisivo que nela exerceu Lasar Segall e conclui: “Foi obra de uma reduzida equipe de crentes e sonhadores. Mas sem a presença de Segall a SPAM não teria existido. Ele foi a alma dêsse movimento, a que se entregou apaixonadamente, sem poupar esforços, nem canseiras.” (p. 26).

Contemporânea da SPAM, viveu em São Paulo, outra sociedade de artistas: o CAM — Clube dos Artistas Modernos, e agora, nos dois capítulos seguintes, é dela que nos fala P. M. A., por sinal, um de seus fundadores. Focalizando a figura do “enfant terrible” Flávio de Carvalho, autor da idéia da criação do CAM, o Autor passa a desfilar os acontecimentos e personalidades ligados a essa “invulgar instituição que ao extinguir-se, (...) deixou-nos a todos, não apenas saudosos, mas um pouco dispersos e desarvorados...” (p. 30).

Após analisar as causas da extinção da CAM, passa o Autor a delinear o que foi o **1.º Salão de Maio**, importante realização no setor das artes plásticas, iniciada em São Paulo. Inventado por Quirino Silva, o Salão teve como organizadores Geraldo Ferraz e Paulo Ribeiro de Magalhães, além do seu idealizador. Inaugurado no dia 25 de maio de 1927, no Grill Room do antigo Esplanada Hotel, o **1.º Salão de Maio** reunia apenas artistas nacionais ou aqui radicados. Exposição sem

caráter de disputa, pois não oferecia prêmios, o 1.º **Salão de Maio** (como o nome indica) pretendia reunir-se anualmente; entretanto, apesar do invulgar sucesso obtido e da “importância irrecusável” que assumiu repetiu-se apenas mais duas vezes, em 38 e 39, no mesmo local. Das peripécias dêsses 2.º e 3.º Salões e das circunstâncias que envolveram sua extinção, fala-nos o Autor nos dois capítulos seguintes, terminando por afirmar: “...extinguiu-se o **Salão de Maio**, cuja importância, como sobejamente encarecemos, foi das maiores nessa tarefa de quebra-gêlo da indiferença ou da hostilidade do público em geral pelas manifestações da arte contemporânea. E que investe, portanto, um papel de relevância entre os precursores do Museu de Arte Moderna de São Paulo.” (p. 47).

Fazendo-nos acompanhar de perto a aparição, intenções e atividades da **Família Artística Paulista**, movimento artístico contemporâneo do **Salão de Maio**, inaugurada também em 1937, o Autor nos leva, através de mais dois capítulos, a conhecer a “função disciplinadora” que êsse movimento exerceu, revelando-se fecundo como poucos.

Entretanto, apesar de seus resultados positivos, finda-se, em 1940, a **Família Artística Paulista**, não sem antes haver inserido “de maneira definitiva, na lista de nossos melhores artistas, meia dúzia de nomes pelo menos, que servirão para recomendá-los aos exegetas da evolução das artes plásticas do País. Lembrar Volpi, Zanini, Rebolo, Bonadei ou Graciano, aqui mencionados sem preocupações de hierarquia, é lembrar a Família — aquela “Paulista Família”, em cujo seio se formaram e foram revelados ao mundo da paleta e do pincel.” (p. 56).

Configurando, a seguir, o que foi o 1.º **Salão de Arte** da Feira Nacional de Indústrias, idealizado por Quirino da Silva e registrando também a contribuição dos “salões do Sindicato dos Artistas Plásticos”, P. M. A. chega ao precursor mais imediato do Museu de Arte Moderna: o **Clubinho**, nascido das cinzas da **Família Artística Paulista**, cujo desaparecimento, como vemos, “não implicou na dispersão de seus membros, que continuaram mantendo aquêlo comércio de relações, de conver-

sas, de amizade entre oficiais do mesmo ofício.” (p. 65). De como nasceu e cresceu o **Clubinho**; dos elementos que por êle lutaram; dos objetivos, êxitos e lutas que fizeram dêle o que é hoje, vamos tendo conhecimento até chegarmos ao “momento histórico em que sessenta e oito pessoas, no dia 15 de julho de 1948, num tabelião desta cidade, se reúnem e assinam, em escritura pública, a ata de constituição do Museu de Arte Moderna de São Paulo”.

Dessa maneira, traça-nos o Autor, com sua experiência de “participante”, o panorama geral de “tôda uma cadeia de subseqüentes movimentos artísticos que, tendo por marco inicial as manifestações que assinalaram a Semana de Arte Moderna de 1922, vão encontrar suas origens na exposição (...) “insurreccional” de Anita Malfatti, “e o seu coroamento na constituição do Museu”.

Completado por um Índice Onomástico, êste **De Anita ao Museu**, construído sôbre a memória do Autor, ajudada por “recortes de imprensa, documentos originais (...) e a escassa bibliografia existente a respeito do assunto, ou a êle paralela” (p. 3) vem representar, para o futuro estudioso da evolução das nossas artes plásticas, muito mais do que um “pequeno acervo de notas” como o chama o Autor, pois a sua formulação realmente resultou num verdadeiro repositório dos ideais e da ação que, em certo momento, marcaram determinado setor da nossa cultura artística.

NELLY N. COELHO

*
* * *

REVISTA DAS REVISTAS

Damos aqui uma relação das revistas encontradas em nossa Biblioteca, e que versam assuntos do interêsse do Departamento de Letras desta Faculdade.

À medida que se fizerem novas aquisições, certificaremos o leitor através desta secção. Transcreveremos, também, o sumário dos últimos números recebidos.

AMERICAN JOURNAL OF PHILOLOGY. Baltimore, Johns Hopkins Press.

1927-1962, 48-83: 189-332

1963, 84

AMERICAN LITERATURE. Durham, Duke University Press.

1929-1962, 1-33

AMERICAN QUARTERLY. Philadelphia, University of Pennsylvania.

1949-1960, 1-12

ANHEMBI. São Paulo, Editôra Anhambi S. A.

1951: 2

1951-1952: 4-25

1953: 26-29, 34-37

1954: 38

1955: 59-61

1956: 62-67

1957-1962: 74-144

L'ANNÉE PHILOLOGIQUE. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres".

1948 (publ. 1950)-1958 (publ. 1959), 19-29

1960 (publ. 1962), 31

ATLANTIDA. Lisboa, Imprensa Libânio da Silva.

1915-1919, 1-12

BIBLIOGRAPHIE LINGUISTIQUE. Utrecht, Spectrum.

1939

1947 (publ. 1949)-1957 (publ. 1959)

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. Biblioteca Pública Municipal de São Paulo.

1945, 7

1948-1949, 11-13

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO E INFORMATIVO. I. E. P. São Paulo, U.S.P.

1956-1959, 1-3

BOLETIM DE BIBLIOGRAFIA PORTUGUÊSA. Lisboa, Biblioteca Nacional.

1935-1951, **1-17**

BOLETIM DE FILOLOGIA. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.

1958, **17:** 1-4

1959, **18:** 1

BOLETIM INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

1960-1961, **1-2**

1962, **3:** 1-3

BRASÍLIA. Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros.

1942-1958, **1-10**

BROTÉRIA. Lisboa, Tipografia Pôrto Médico, Ltda.

1951-1955, **53-61**

1956, **62:** 1-3

THE CLASSICAL QUARTERLY. Oxford, Clarendon Press

1939-1945, **33-39**

1947-1951, **41-45**

New Series: 1952-1961, **2-11**

1962, **12:** 1-2

THE CLASSICAL REVIEW. Oxford, Clarendon Press

1960-1962, **10-12**

CULTURA. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde.

1948-1954, **1-6**

DEUTSCHE LITERATUR ZEITUNG. Berlin, Akademie-Verlag.

1960-1962, **81-83**

1963, **84:** 1

DEUTSCHE RUNDSCHAU. Baden-Baden, Verlag Deutsche Rundschau.

1960, **86:** 12

1961-1962, **87-88**

1963, **89:** 1-3

ESTUDOS: Instituto de Idiomas Yázigi. São Paulo.

1962, **1:** 1-4

GERMANISTIK. Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

1960-1962

IBÉRIDA. Rio de Janeiro, Livraria São José.

1959: 1-3

JOURNAL OF ENGLISH AND GERMANIC PHILOLOGY.

Urbana. University of Illinois Press.

1960-1962, 59-61

LATOMUS. Revue d'Études Latines. Bruxelles, Société d'Études Latines.

1962, 21: 1-4

DIE NEUE RUNDSCHAU. Frankfurt am Main, S. Fischer Verlag.

1958: 1-4

1959: 1-3

1960: 1-4

1961: 1-4

1962: 1-3

THE NEW YORK TIMES BOOK REVIEW. New York Times Company.

1961, 66: 2-53

1962, 67: 1-49

PHILOLOGICAL QUARTERLY. Iowa City, State University of Iowa.

1960-1962, 39-41

POETRY. New York.

1912-1962, 1-100

1963, 101: 4

POETRY QUARTERLY. Essex, Grey Walls Press.

1940, 2: 1-4

1941, 3: 3-4

1942, 4: 2

1943, 5: 1, 2, 4

1944, 6: 1

1945, 7: 2, 4

1946, 8: 1, 3, 4

1947, 9: 1-4

1948, 10: 1-4

1949, 11: 1, 4

1950: 12: 1

1951, 13: 1

PMLA: Publications of the Modern Language Association. Menasha, George Banta Company, Inc.

1930-1962, 1-77

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Rio de Janeiro.

1910-1913, 1-6

1920-1949, 7-78

1951-1952, 81-83

1954, 88

REVISTA DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. São Paulo.

1937, 1: 1

1939: 2: 7

1948, 11: 41-44

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

1934-1955, 1-158

1957-1958, 159-161

REVISTA BRASILEIRA DE FILOLOGIA. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.

1956-1958, 2-4

REVISTA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, Laemmert & C. 1-15. Série de José Veríssimo.

REVISTA DE FILOLOGIA ESPAÑOLA. Madrid.

1952, 36: 3, 4

REVISTA DE FILOLOGIA E HISTÓRIA. Rio de Janeiro. J. Leite Editôra

1931-1934, 1-8

REVISTA DE FILOLOGIA PORTUGUESA. São Paulo, Nova Era.

1924, 1: 1-6

1924, 2: 7-12

1925, 3: 13-18

1925, 4: 19-24

REVISTA FILOLÓGICA. Rio de Janeiro, Instituto de Educação.

1941-1942, 2: 2-15, 17-22

1943, 3: 22-23, 25-26

1944, 4: 24

REVISTA DE LETRAS. Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

1960-1961, 1-2

REVISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro.

1919-1927, 1-56

1929, 57-62

1931, 1-3

REVISTA DO LIVRO. Rio de Janeiro, Órgão do Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura.

1956, 1: 1-4

1957, 2: 6

1958, 3: 10, 12

1959, 4: 13

1960, 5: 17-18, 20

REVISTA LUSITANA. Pôrto, Livraria Portuense.

1889, 1-2

1895, 3-4

1897, 5-6

1902, 7-8

1906, 9-10

1908, 11-12

1910, 13-14

1912, 15-16

REVISTA DE PORTUGAL — Língua Portuguesa. Lisboa, Editorial Império.

1942-1958, 1-23

1961, 26: 191-200

1962, 27: 201-207, 209-210

REVISTA PORTUGUESA DE FILOLOGIA. Coimbra, Casa do Castelo.

1947-1948, 1-2

1950-1957, 3-8

1961-1962, 12-13

REVUE DES ÉTUDES ANCIENNES. Bordeaux, Faculté des
Lettres, Féret & Fils.

1961-1962, **63-64**

REVUE DES ÉTUDES LATINES. Paris, Société d'Édition
"Les Belles Lettres".

1960-1962, **37-39**

ROMANIA. Paris.

1960-1962, **81-83: 321-332**

SATURDAY REVIEW. New York, Saturday Review Inc.

1960: ag.-dez.

1961: jan.-dez.

1962: jan.-dez.

1963: jan.-fev.

SEARA NOVA. Lisboa, Emprêsa de Publicidade Seara Nova.

1942: 755

WESTERMANN'S MONATSHEFTE. Braunschweig, Georg
Westermann Verlag.

1958: 1-12

1959: 1-12

1960: 1-8; 10-12

1961: 1-12

1962: 1-8; 10-12